

A Pauta da Semana detalha a previsão dos trabalhos nos Plenários e Comissões da Câmara dos Deputados e Senado Federal no período de **24 a 27 de junho de 2019**, observando que os eventos podem ser cancelados, alterados ou incluídos extra pauta.

SEMANA NO CONGRESSO NACIONAL

Cenário Político – Inicia a semana com a continuidade da divulgação de novos vazamentos de mensagens trocadas pelo ministro Sérgio Moro com os procuradores da operação Lava Jato, quando era o juiz responsável pelas ações judiciais. É mais uma crise que vem fritando um dos ministros da base do governo Bolsonaro responsável por ações para o combate a corrupção. Ministro será ouvido em Comissão da Câmara dos Deputados nesta semana.

Reforma da Previdência – A relatório apresentado deputado Samuel Moreira a PEC da Reforma da Previdência, continuará em discussão durante a semana, faltando 77 deputados para debaterem a proposta. Já há compromisso do relator em apresentar uma complementação de voto para alterar alguns pontos de seu relatório, sem, contudo, divulgar quais pontos modificará. A expectativa é de possível deliberação do relatório na Comissão Especial, se as festas juninas não comprometer o quórum dos deputados, que nessa época costumam faltar aos trabalhos legislativos para participarem dos festejos de São João e São Pedro.

Contribuição Sindical – Sem convocação para reunião da [Comissão Mista](#) incumbida de analisar a **Medida Provisória 873 de 2019**, que altera a CLT para vedar o desconto em folha de pagamento da contribuição sindical, fixa a autorização para o desconto seja por autorização prévia e expressa individualizada e determina que a cobrança da contribuição será realizado por meio de boleto bancário. O **prazo de vigência da referida medida provisória vai até 28 de junho**.

Libertada Empresarial – A **Medida Provisória 881 de 2019** que trata da liberdade econômica para empresas que desenvolvam atividades de baixo risco conhecidas como *startups*, terá a realização de uma única audiência pública para debater a proposta.





Plenário

4ª feira, às 11 horas

Orçamento Impositivo para Emendas de Bancada

Sessão solene destinada à promulgação da Emenda Constitucional 100 de 2019, que altera os arts. 165 e 166 da constituição federal para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária proveniente de emendas de bancada de parlamentares de estado ou do distrito federal.



Plenário

3ª feira, 4ª feira e 5ª feira

A pauta encontra-se sobrestada diante da seguinte medida provisória que se encontra com o prazo de apreciação esgotado:

Prorrogação de contratos temporários de pessoal no Iphan

Medida provisória nº 878, de 2019, que autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Após a apreciação do item acima descrito poderão ser apreciados os seguintes itens:

Controle sobre segurança de barragens

Projeto de Lei 550 de 2019, para alterar a Lei de Segurança de Barragens, para reforçar a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens e para classificar como hediondo o crime de poluição ambiental com resultado morte; para tipificar o crime de poluição com resultado morte e determinar que, em situação de acidente, a multa por infração ambiental seja revertida à região afetada; e dá outras providências.

Criminaliza a conduta do responsável por rompimento de barragem

Projeto de Lei 2787 de 2019, pretendendo alterar a Lei de Crimes Ambientais, para tipificar o crime de ecocídio e a conduta delitiva do responsável por desastre relativo a rompimento de barragem.

Novas regras para Licitações e Contratos da Administração Pública

Projeto de Lei 1.292-D de 1995, com o propósito de alterar a Lei de Licitações com a finalidade de modernizar a legislação e dar mais transparência às compras e obras públicas e permitirá a melhoria da governança das contratações públicas, a profissionalização da gestão, o incentivo ao planejamento, o fortalecimento de mecanismos de prevenção de ilícitos e o aproveitamento da tecnologia.

Comissão Especial da PEC. 6/2019 – Reforma da Previdência

3ª feira, às 9h, 4ª feira e 5ª feira horário a definir

Continuação da discussão do relatório do deputado Samuel Moreira (PSDB/SP), concluindo pela aprovação com texto substitutivo à **Proposta de Emenda à Constituição 6 de 2019**, que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências.



Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

3ª feira, às 14h30, 4ª feira, às 10h e 5ª feira, às 9h

Antecipação do pagamento de honorários periciais pelo INSS

Projeto de Lei 2.999 de 2019, de iniciativa do Poder Executivo, para dispor sobre a antecipação do pagamento dos honorários periciais nas ações em que o Instituto Nacional do Seguro Social figure como parte e que tramitem no âmbito de responsabilidade da Justiça Federal ou no âmbito da justiça estadual onde não haja vara federal instalada, com relatório do deputado Eduardo Bismarck concluindo pela aprovação com texto substitutivo para fixar o pagamento dos honorários periciais nas ações judiciais em que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) figure como parte e que tramitem no âmbito de responsabilidade da Justiça Federal será antecipado pelo Poder Executivo federal ao respectivo tribunal ou que tramitem na Justiça Estadual, no exercício da competência delegada pela Justiça Federal. O juiz poderá autorizar o pagamento de até 50% dos honorários arbitrados a favor do perito no início dos trabalhos, devendo o remanescente ser pago apenas ao final, depois de entregue o laudo e prestados todos os esclarecimentos necessários. Por ato conjunto do Conselho da Justiça Federal e do Ministério da Economia fixará os valores dos honorários e os procedimentos necessários ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Comissão de Seguridade Social e Família

4ª feira às 9h30

Aposentadoria Especial para frentistas

Projeto de Lei Complementar 572 de 2010, de autoria de deputado Daniel Almeida, que visa a fixar regras para a aposentadoria especial aos frentistas de postos de revenda de combustíveis, ao segurado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que tenha trabalhado durante vinte e cinco anos ininterruptos, com relatório da deputada Jandira Feghali concluindo pela aprovação da matéria com substitutivo propondo incluir o conteúdo do projeto na parte específica da Lei nº 8.213, de 1991, que trata do tema.

Salário-maternidade de trabalhadoras contratadas por micro e pequenas empresa

Projeto de Lei 4.999 de 2016, de autoria da então senadora Gleisi Hoffmann, para acrescentar § 4º ao art. 72 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a fim de estabelecer que o salário-maternidade devido às empregadas das microempresas e das empresas de pequeno porte seja pago diretamente pela Previdência Social, com relatório do deputado Diego Garcia concluindo pela rejeição.

Trabalhador menor trabalhar no mesmo local de seus pais

Projeto de Lei 4.865 de 2016, de autoria do deputado Diego Andrade, propondo alterar a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a possibilidade do menor trabalhar no mesmo local de seus pais ou responsáveis legais, com relatório do deputado Diego Garcia, pela rejeição.

Concessão de benefícios ao trabalhador com doenças degenerativas

Projeto de Lei 8.046 de 2017, de autoria do deputado Ricardo Izar, para permitir aos trabalhadores e dependentes com doenças crônicas degenerativas os seguintes benefícios: a) Permitir a movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); b) Inexigibilidade de prazos de carência para a concessão do auxílio doença e da aposentadoria por invalidez; c) Concessão do benefício do passe livre no sistema de transporte coletivo interestadual; d) Isenção do Imposto de Renda sobre proventos de aposentadoria ou reforma; e) Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre a aquisição de automóveis; f) Isenção do Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos ou valores imobiliários (IOF), com relatório do deputado Hiran Gonçalves concluindo pela aprovação do projeto e da Emenda Adotada pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com substitutivo.



Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

4ª feira às 10h

Esclarecimento do ministro Sérgio Moro

Audiência pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos com a participação do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, com relação a denúncia feita pelo site *The Intercept* Brasil acerca de mensagens trocadas pelo ministro e o procurador chefe da Operação Lava Jato, Deltan Dallagnol.

Comissão de Finanças e Tributação

4ª feira às 10h

Pagamento de perícia do INSS

Projeto de Lei 2.999 de 2019, de autoria do Poder Executivo, para disor sobre a antecipação do pagamento dos honorários periciais nas ações em que o Instituto Nacional do Seguro Social figure como parte e que tramitem no âmbito de responsabilidade da Justiça Federal, com relatório do deputado Rodrigo Coelho concluindo pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária.

Veda a suspensão de transferências de verbas orçamentárias aos programas de combate à violência contra a mulher

Projeto de Lei Complementar 238 de 2016, de autoria da deputada Luizianne Lins, para altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a fim de incluir as ações de combate à violência contra a mulher no rol de exceções à suspensão de transferências voluntárias a entes da Federação inadimplentes, com relatório da deputada Maria do Rosário, concluindo pela aprovação.

Aumenta o período de recebimento do salário-maternidade

Projeto de Lei 6.388 de 2002, de autoria do então senador Luiz Pontes, propondo aumentar o período de concessão do salário-maternidade e da licença à gestante em caso de parto antecipado, com relatório do deputado Felipe Rigoni, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços

4ª feira às 10h30

Privatização da CONAB

Audiência pública para debater a Privatização da CONAB, com as participações dos seguintes convidados: 1) Tereza Cristina Corrêa, ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); 2) deputado Alceu Moreira, presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA); 3) Newton Araújo Silva Júnior, diretor-presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); 4) João Martins da Silva Júnior, residente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); 5) Aeldo Protázio, diretor da Associação Nacional dos Empregados da Conab (ASNAB).



Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

4ª feira às 14h

Agressor ressarcir os custos com o SUS

Emendas do Senado ao Projeto de Lei 2.438 de 2019, de autoria dos deputados Rafael Motta e Mariana Carvalho, para acrescentar os §§4º e 5º ao art. 9º da Lei Maria da Penha, a fim de fixar a responsabilidade do agressor em ressarcir os custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e aos dispositivos de segurança em caso de pânico, utilizados pelas vítimas de violência doméstica e familiar, com relatório da deputada Flávia Arruda concluindo pela rejeição das emendas do Senado, as quais, a primeira delas diz respeito à posição dos novos dispositivos no interior da norma, eis que enquanto a Câmara dos Deputados os inseriu como parágrafos do art. 9º, o Senado optou por sua inserção como um novo artigo, denominado de 17-A, no Capítulo I, do Título IV, que trata dos procedimentos, de quesitos relacionados ao processo, ao julgamento e à execução, portanto relacionados à apuração e persecução penal dos crimes tipificados na referida lei. A outra alteração que merece menção diz respeito à redação das emendas. Pelo texto do Senado, o dever de indenizar seria do condenado por qualquer forma de violência doméstica, ou seja, a lei passaria a exigir uma condenação prévia, no âmbito penal, para dar suporte ao dever de indenização.

Notificação compulsória de violência doméstica

Projeto de Lei 10.025 de 2018, de autoria do senador Elmano Férrer, com o propósito de alterar a Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, para dispor sobre a notificação compulsória em caso de ato violento contra a mulher atendida em serviço de saúde público ou privado, com relatório da deputada Margarete Coelho concluindo pela aprovação do PL. 10.015 e pela rejeição dos demais projetos apensados.

Cota para participação da mulher em entidades de representação civil

Projeto de Lei 2.084 de 2019, de autoria da deputada Soraya Santos, para tornar obrigatória a participação de, no mínimo, 30% de mulheres na composição de entidades de representação civil, com relatório da deputada Flávia Arruda, concluindo pela aprovação do projeto

Notificação processual de violência doméstica

Projeto de Lei 10.224 de 2018, de autoria do deputado Fábio Trad, propondo alterar a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, para aprimorar a notificação da vítima quanto aos atos processuais realizados no curso do processo.



Plenário

Pauta com itens de pouca repercussão e nenhum de interesse da categoria.



Comissão de Assuntos Sociais

4ª Feira às 9h

Inclui doenças raras nas deduções do Imposto de Renda

Projeto de Lei 682/2019, de iniciativa do senador Flavio Arns, para estabelecer benefícios fiscais para o contribuinte do Imposto de Renda da Pessoa Física que possua dependente acometido por doença rara, com relatório da senadora Maria do Carmo Alves concluindo pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta.

Pensão por morte

Projeto de Lei do Senado 209/2016, de iniciativa do senador Romário, pretendendo alterar a Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, para restringir a cessação da percepção da pensão por morte do cônjuge ou companheira de segurado com deficiência, com relatório do senador Paulo Paim concluindo pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta.

Cota de vagas para mulheres em empresas terceirizadas

Projeto de Lei do Senado 244 de 2017, de iniciativa da senadora Rose de Freitas, que pretende alterar a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para estabelecer a reserva de vagas para mulheres em situação de violência doméstica e familiar ou em situação de vulnerabilidade social no quadro de empregados das empresas prestadoras de serviços a terceiros, com relatório Luiz do Carmo concluindo pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1-CDH, com uma subemenda que apresenta, e 2-CDH.

Afastamento do trabalho sem desconto na remuneração

Projeto de Lei do Senado 240 de 2017, de iniciativa da senadora Rose de Freitas, propondo alterar a Consolidação das Leis do Trabalho, para alterar as regras sobre os afastamentos do empregado sem prejuízo do salário, por: a) 5 dias consecutivos em caso de falecimento do cônjuge, companheiro, filho e avós; e 3 dias consecutivos, em caso de falecimento do irmão, genro, nora e enteado do empregado; b) 5 dias consecutivos, em virtude de casamento; c) 20 dias em caso de nascimento de filho do empregado; d) 1 dia, a cada 6 meses de trabalho em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada; e) 2 dias consecutivos ou não para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva; f) no mínimo, 1 dia para acompanhar consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez de sua esposa ou companheira, a cada mês a partir do terceiro mês de gravidez; g) 2 dias por ano para o pai e para a mãe com vistas a acompanhar filho menor de 16 anos em consulta médica mediante atestado de comparecimento, com relatório do senador Paulo Paim concluindo pela aprovação do projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta, propondo que o afastamento em até 5 dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, companheiro, ascendente, descendente, ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica e, até 3 dias consecutivos, em caso de falecimento de irmão, genro ou nora; de até 5 dias consecutivos, em virtude de casamento; por 20 dias, em caso de nascimento de filho; por um dia, em cada 6 meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada; por 2 dias, ou meio turno de trabalho, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva; no mínimo, um dia, para acompanhar consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez de sua esposa ou companheira, a cada mês, a partir do terceiro mês de gestação; por 2 dois dias por ano para o pai e para a mãe acompanharem os filhos menores de 16 anos em consulta médica, mediante atestado de comparecimento às consultas.



Comissão de Assuntos Sociais (continuação)

4ª Feira às 9h

Vale-transporte

Projeto de Lei do Senado 332 de 2016, de iniciativa do senador Acir Gurgacz, para alterar a Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei do Vale-transporte, com o objetivo de estabelecer sanções aos infratores que não respeitarem os critérios relativos à concessão do vale-transporte ao trabalhador, bem como fixa novas regras para o pagamento do vale-transporte aos trabalhadores, com relatório do senador Paulo Paim concluindo pela aprovação do projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta para fixar que o vale-transporte é o único título de legitimação para o exercício do direito ao benefício e visa a fomentar a priorização do transporte coletivo sobre o individual de modo a contribuir para a melhoria das condições de trânsito e ambientais urbanas e como forma de implementação da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Determina que o empregador participará dos gastos de deslocamento do trabalhador com a ajuda de custo equivalente à parcela que exceder 5% do seu salário básico. Veda ao empregador substituir o vale-transporte, por dinheiro ou qualquer outra forma de pagamento, inclusive mediante convenção ou acordo coletivo, sendo que a inobservância das normas de concessão do vale-transporte ao trabalhador submete os infratores, sem prejuízo do disposto às disposições constantes no Título VII da Consolidação das Leis do Trabalho.

Simplex Trabalhista

Requerimento 73 de 2019, de autoria do senador Paulo Paim, propondo realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 2234 de 2019, que altera o Consolidação das Leis do Trabalho, a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, criando o "SIMPLES TRABALHISTA", com a participação dos seguintes convidados: 1) Noemia Garcia Porto, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA); 2) Representante do Ministério Público do Trabalho (MPT); 3) Edson Carneiro, representante da Intersindical Central da Classe Trabalhadora; 4) Representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI); 5) representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); e 6) e representante da Subsecretaria de Desenvolvimento das Micros e Pequenas Empresa, Empreendedorismo e Artesanato.

Comissão Mista da Medida Provisória 881 de 2019 – Liberdade Empresarial

4ª Feira às 14h

Audiência Pública na Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 881 de 2019**, que institui a declaração de direitos de liberdade econômica, estabelece garantias de livre mercado, análise de impacto regulatório, para debater a matéria com a participação dos seguintes convidados: 1) Guilherme Afif Domingos, assessor especial do Ministro da Economia; 2) Paulo Antonio Spencer Uebel, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia; 3) Geanluca Lorenzon, diretor de Programa da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital; 4) representante do Departamento de Registro Empresarial e Integração do Ministério da Economia; 5) representante da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública; 6) representante do Sebrae; 7) representante da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN); 7) representante da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS); 8) representante da Confederação Nacional dos Municípios (CNM); 9) Valdete Souto Severo, representante da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (ANAMATRA); 10) Fabiano Souza, secretário de Fazenda do Município de Araguaína; 11) Maria Beatriz Palatinus Milliet, diretora de Relações Institucionais da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABIA); 12) Amanda Flávio Oliveira, professora de Direito Econômico da Universidade de Brasília; 13) Rodrigo Xavier Leonardo, professor da Universidade Federal do Paraná.



Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

5ª feira às 9h

Delegado de Polícia poderá determinar medidas protetivas em caso de violência doméstica

Projeto de Lei do Senado 90 de 2015, de iniciativa do senador Humberto Costa, para modificar o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Maria da Penha), para aprimorar os mecanismos de proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade passando competência para o delegado de polícia para determinar as medidas de proteção, com relatório do senador Flávio Arns concluindo pela aprovação do projeto com texto substitutivo.

Exclui a possibilidade da quitação anual trabalhista

Projeto de Lei do Senado 251 de 2017, de iniciativa do senador Paulo Paim, propondo a revogação do art.507 –B, da Consolidação das Leis do Trabalho a fim de revogar a faculdade de empregados e empregadores firmarem termo de quitação anual de obrigações trabalhistas, com relatório do senador Paulo Rocha concluindo pela aprovação do projeto.

Participação da entidade sindical para autorizar as demissões em massa

Projeto de Lei do Senado 366 de 2017, de iniciativa do senador Paulo Paim, propondo a revogação dos arts. 477-A e 477- B da Consolidação das Leis do Trabalho, que dispensa a participação da entidade sindical nas dispensas imotivadas individuais, plúrimas e coletivas, bem como que, salvo quando houver disposição em contrário estipulada entre as partes, o plano de demissão voluntária ou incentivada, para a dispensa individual, plúrima ou coletiva, previsto na convenção coletiva ou no acordo coletivo de trabalho, enseja quitação plena e irrevogável dos direitos decorrentes da relação empregatícia, com relatório do senador Paulo Rocha concluindo pela aprovação da matéria.

Pagamento de perícias na Justiça do Trabalho

Projeto de Lei 361, de 2017, de autoria do senador Paulo Paim, com o propósito de alterar o art. 790-B da Consolidação das Leis do Trabalho, para determinar que a responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, salvo se beneficiária de justiça gratuita, com relatoria da senadora Rose de Freitas concluindo pela aprovação do projeto.

Limitação do contrato de trabalho por tempo parcial

Projeto de Lei 2681, de 2017, de autoria do senador Paulo Paim, para alterar o art. 58-A da Consolidação das Leis do Trabalho a fim de limitar a duração do contrato de trabalho a tempo parcial a 25 horas semanais, com relatório favorável do senador Telmário Mota.

Brasília-DF, 24 de junho de 2019.

Relações Institucionais da CNTC

É permitida a reprodução desde que citada a fonte.